

“Quarto de despejo”: Carolina de Jesus fratura as barreiras da colonialidade

“Garbage dump room”: Carolina de Jesus fractures the barriers of coloniality.

Vera Lúcia Caixeta¹
Raissa Lisboa Teixeira²

381

Resumo: A análise do livro de Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo” teve por objetivo dar visibilidade histórica para uma literata feminina, negra e periférica. A pesquisa atende ao compromisso ético e político que, a um só tempo, contribui para o atendimento das exigências da Lei 10.645/2008 e ajuda a fraturar a epistemologia hegemônica, ainda presente nos livros didáticos de história. Desse modo, colocar em diálogo a literatura testemunhal de Carolina com outras autoras negras, a partir da perspectiva do feminismo decolonial, revela outras vozes e lugares de enunciação, além de fortalecer bases para a construção de novas epistemologias, mais inclusivas, particularizadas e comprometidas, em oposição ao *logos* eurocêntrico, “universal” e “neutro” presente na disciplina de história, desde o século XIX.

Palavras-chave: Ensino de História; Carolina de Jesus; decolonialidade

Abstract: The analysis of Carolina Maria de Jesus' book "Child of the Dark" aimed to provide historical visibility to a female, black, and marginalized literate. The research fulfills the ethical and political commitment that simultaneously contributes to the requirements of Law 10.645/2008 and helps fracture the hegemonic epistemology still present in history textbooks. Thus, engaging Carolina's testimonial literature in dialogue with other black authors from the perspective of decolonial feminism reveals other voices and places of enunciation, while also strengthening the foundations for the construction of new epistemologies that are more inclusive, particularized, and engaged, in opposition to the Eurocentric, "universal," and "neutral" logos present in the discipline of history since the 19th century.

Keywords: History education; Carolina de Jesus; decoloniality

¹ Professora do Colegiado de História da UFNT e ProfHistória, pós-doutoranda em História pela UFG, com o projeto As visualidades indígenas nos livros didáticos de história. E-mail caixeta@uft.edu.br

² Graduada em Licenciatura em História pela UFNT. E-mail raissalisboa1196@mail.uft.edu.br

Recebido em 11/06/2023

Aprovado em 15/07/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



1 Introdução

O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela (Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 19).

Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado (Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 37).

A perspectiva colonial está presente na história, na tradição literária, nos currículos escolares, nas instituições, etc. Nossas narrativas ainda não conseguiram romper com o modelo eurocêntrico no qual nossa trajetória é concebida como desdobramento da história europeia (COELHO, 2017, p.187). Assim, nossos monumentos e “heróis” são ainda fruto de uma história elitista, masculina, etnocêntrica e voltada para afirmar a versão dos vencedores. Enquanto outros sujeitos e acontecimentos são invisibilizados, apagados, esquecidos.

Compartilhamos do desafio colocado pelos autores do grupo latino-americano Colonialidade/Modernidade que ressaltam a necessidade de construção de novas epistemologias. No Brasil, destacam-se algumas escritoras “decoloniais” que surgiram muito antes do referido grupo, a exemplo da literatura testemunhal de Maria Carolina de Jesus, da produção acadêmica de Lélia Gonzales, dos romances autobiográficos e dos contos de Conceição Evaristo, entre tantas outras intelectuais negras. Dos E.U.A, os escritos literários de Anzaldua, as reflexões de Bell Hooks, e, como integrante do grupo latino-americano, temos a argentina Maria Lugones. Todas elas, ajudam-nos a pensar caminhos, sujeitos e acontecimentos descentrados, decoloniais.

Neste artigo apresentamos uma análise do diário de Carolina Maria de Jesus intitulado “Quarto de Despejo”, publicado em 1960. Os objetivos perseguidos passam pela necessidade de problematizar as nossas referências históricas, especialmente presentes na história hegemônica; romper com a “história única” evolutiva e linear que, historicamente, exclui os povos e grupos subalternizados, como negros e indígenas; garantir a presença dos nossos antepassados de cor, suas vozes e acontecimentos, nos livros didáticos de história.

Partimos da necessidade de refletir sobre a invisibilidade das mulheres na história, mulheres que sofreram múltiplas opressões estruturais sobre seus corpos, por serem negras e pobres. Exemplar, nesse sentido, é acompanhar os escritos de Carolina de Jesus, pois, trata-se de uma voz insubmissa, que luta, que sonha e resiste a todas as formas de opressão. Ela não se

conforma com a desumanização e denuncia a existência da favela (quarto do despejo da sociedade capitalista) e do racismo (hierarquização social a partir da cor da pele).

Coralina também é excluída da narrativa histórica porque a epistemologia que funda a disciplina é *logo*/eurocêntrico, apesar de pretender ser universal e “neutro”, na verdade, é um conhecimento branco, masculino e europeu. Essa posição eurocentrada cria binarismos que estabelece diferenças hierárquicas entre povos, culturas e sociedades, especialmente entre os europeus, brancos e os não-brancos. Essa epistemologia apaga sujeitos e acontecimentos. Por isso, para a análise, recorreremos às reflexões elaboradas pelas autoras feministas negras Bell Hooks (2021), Djamila Ribeiro (2019), Lélia Gonzalez (2020) entre outras. A perspectiva feminista decolonial intersecciona gênero, raça e classe.

Outra motivação para a pesquisa reside na importância que o tema possui para sociedade contemporânea. Como mulher negra, moradora na Amazônia Legal, na região norte do Brasil, vejo que a maioria entre os pobres são as mulheres negras com seus filhos e netos. Desempregadas, subempregadas, possuem os menores salários.³ As mulheres negras, são também as principais vítimas da violência e do feminicídio no Brasil.⁴ Mas, não podemos ver essas mulheres e nossas antepassadas como vítimas. Assim como Carolina de Jesus é preciso vê-las como potência de luta, de sonho, de esperança. Como denuncia Bell Hooks (2019, p.45) “estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso *status* social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe”.

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a Bitita (apelido dado pela família), era mineira de Sacramento, filha de Maria Carolina de Jesus (dona Cota) e de João Cândido Veloso, ambos negros, era neta de escrava. Seu pai era uma espécie de poeta boêmio, mas não há referência sobre ele, nos escritos de Carolina. Vera Eunice de Jesus Lima, filha de Carolina, conta que seus avós se conheceram nos bailes e nasceu Carolina. Dona Cota era empregada doméstica e, uma das suas patroas resolveu matricular a menina no colégio Allan Kardec, o melhor da região. Tratava-se de um colégio misto, ou seja, misturava meninos e meninas, brancos e negros, pobres e ricos. Mesmo com as dificuldades de aprendizagem e os assédios preconceituosos, Carolina aprendeu a ler, a partir do que se sentiu poderosa, ninguém na sua família sabia ler, dois anos

³As mulheres pretas ou pardas continuam na base da desigualdade de renda no Brasil. No ano passado, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocupam o topo da escala de remuneração no país.

⁴Em relação a março de 2020, o número de mulheres assassinadas subiu mais de 33%. O aumento no número de feminicídios foi de 200% entre 2020 e 2021, avaliando apenas o mês de março.

depois, aos nove anos, teve que abandonar o colégio para acompanhar a mãe em trabalho fora da cidade (ROCHA, 2021).

Carolina mudou-se para São Paulo, em 1947 e foi morar na extinta favela Canindé, na zona norte da cidade. Ela trabalhou como empregada doméstica e como catadora de materiais recicláveis. Teve três filhos, todos de pais diferentes que, deliberadamente a desepararam. Construiu, com suas próprias mãos, seu barraco de tábuas. Por meio do seu projeto literário, ela revelou a importância do testemunho autobiográfico, como forma de ocupar espaço negado às pessoas de cor, na literatura e na história. Em 1958, foi encontrada pelo jornalista Audélio Dantas, daí nasceu a publicação do “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, em 1960. A obra encontrou repercussão nacional (600 exemplares foram vendidos no dia do lançamento) e internacional; (sendo traduzida para 13 idiomas, chegando a mais de 40 países) (ROCHA, 2021).

O livro “Quarto de Despejo” (1960⁵) foi escrito em forma de diário, uma escrita testemunhal e criativa, no qual revela a dureza da luta diária pela sobrevivência das populações subalternizadas, suas denúncias e seus sonhos. Ela diz preferir se privar do sono e do casamento do que da escrita. Assim, muito antes que Anzaldua (1981), ela insiste no direito a escrita pelas mulheres de cor. Anzaldua fez questão de ressaltar a escrita como uma alquimia capaz de revelar e de mudar o mundo:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito da revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. **Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagaram quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você [...].** Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu sei escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 1981, p. 233).
grifos nossos

Tanto Carolina de Jesus quanto Anzaldua, ressaltam o papel da escrita como ato político: “Escrever é o ato mais atrevido que eu já ousei e o mais perigoso” (ANZALDUA, 1981).

⁵ Quarto de Despejo – editado pela primeira vez em 1960 tornou se fenômeno editorial atingindo a vendagem de 10 mil exemplares, nos três primeiros dias de lançamento, na cidade de São Paulo. Outros noventa mil foram distribuídos nos primeiros 6 meses. Foi traduzido em 13 idiomas e publicado em mais de 40 países. Os números, portanto, são extraordinários, até mesmo para os padrões atuais, que não ultrapassam 3 mil exemplares (ROCHA, 2021).

Em ambas, o ato de escrever está associado ao esforço de tecer o mundo, criar pontes, articular, organizar de outra forma e se convencer de que tem valor. “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra, e o meu cabelo rustico” (JESUS, 2014, p.59). É pela escrita que elas constroem os “arcos” para se segurar no mundo machista, misógino e racista. Pela escrita, pontes imaginárias que passam explicar para elas e para os outros o direito da mulher “de cor” de escrever, de ter dignidade, de ser gente. Anzaldúa reflete que: “Nunca vi tanto poder para motivar e transformar os outros como aquele presente na escrita das mulheres de cor” (ANZALDÚA, 1981, p. 234).

Audélio Dantas foi o jornalista que teve acesso aos cadernos da Carolina de Jesus e ficou admirado com a beleza da escrita da autora, sua linguagem fortemente poética, com as marcas de erudição em alguns trechos. Ele insistiu para que ela publicasse sem as modificações dos registros coloquiais e deixasse os traços da oralidade, para manter a integridade, a autoria singular de uma escrita que mescla aspectos biográficos e ficcionais. Porém, é preciso dizer que após a publicação da obra, ela teve um pequeno período de visibilidade e, logo, foi esquecida, invisibilizada. De certo, após o golpe militar de 1964, não havia interesse em colocá-la na mídia. Ela também não foi legitimada como literata!

Wesley da Rocha (2021, p.25) chama atenção para a defesa do espólio literário na obra de Carolina, pois, ela não revela “somente uma denúncia das condições vividas pelas minorias; é preciso defender sua produção textual como literária; com estética, forma e conteúdo, texto e contexto e com uma narrativa própria”. Pensar na trajetória de vida e no esforço de Carolina para traçar um plano de escrita capaz de traduzir o mundo, “o seu mundo”, nos fez perceber o quanto a história e a literatura podem ajudar na restituição de humanidades negadas.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome! (Carolina Maria de Jesus, 2014, p.28).

Ontem eu comprei açúcar e bananas. Os meus filhos comeram banana com açúcar, porque não tinha gordura para fazer comida. Pensei no senhor Tomás que suicidou-se. Mas, se os pobres do Brasil resolver suicidar-se porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo (2014, p.151-152).

Para maior compreensão do livro “Quarto de Despejo” pensamos em estabelecer um diálogo de Carolina com outros/as intelectuais. Iniciamos pela brasileira Lélia Gonzalez⁶. Trata-

⁶ Lélia Gonzalez foi uma ativista e intelectual negra; denunciou o racismo e o sexismo como formas de violência que subalternizam as mulheres negras.

se de uma das percussoras do movimento negro e feminista brasileiro, da década de 1970, ela empenhou-se em entender a cultura brasileira a partir de uma leitura que apontava para o racismo e o sexismo agregado a condição social das mulheres negras (GONZALES, 2018). Suas reflexões nos ajudam a entender a razão pela qual Carolina de Jesus não foi reconhecida como pertencente ao campo literário brasileiro, bem como a sua situação de favelada e mantenedora afetiva, emocional e econômica da família.

Lélia Gonzales ressalta que de 1950 a 1970, a população negra foi excluída do processo de crescimento/desenvolvimento do país, “ficou relegada a condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica e no desamparo” (LIMA; RIOS, 2020, p.42). O Censo de 1950 constatou que o nível educacional da mulher negra era extremamente baixo, elas tinham no máximo o segundo ano primário e o analfabetismo era fator predominante (LIMA; RIOS, 2020, p.40). Assim, a população negra não teve acesso aos níveis mais elevados da educação básica e da universidade. Ela também não se beneficia muito com os retornos da educação – em termos de trabalho – do que os grupos brancos. O incremento educacional para esse grupo não significa aumento da renda ((LIMA; RIOS, 2020, p.37).

Na década de 1970, Lélia Gonzales já compartilhava com outros intelectuais negros e brancos antirracistas de que “a superação do mito da democracia racial era a condição necessária não apenas para o combate ao racismo, mas também para o estabelecimento da verdadeira democracia (política) no país”. (LIMA; RIOS, 2020, p. 15). Lélia insiste na possibilidade de resistência e de subversão, realizada pelas pessoas escravizadas nas casas-grandes. Para ela, o silenciamento das insurgências negras na esfera do cotidiano da escravidão só revelava o quanto a intelectualidade da sua época era colonizada (LIMA; RIOS, 2020, p.15).

De certo, para Lélia Gonzales o sexismo, o racismo⁷ e o elitismo da sociedade brasileira foi historicamente construído para manter os privilégios de uma parcela branca, sobre as populações negras e indígenas. Um desses privilégios estava relacionado à alfabetização. (LIMA; RIOS, 2020). Porém, naquela época, a sociedade brasileira justificava a pobreza dos grupos sociais negros pelas formas racionalizadas de dominação/opressão racial: “‘preguiça’, ‘irresponsabilidade’, ‘alcoolismo’, ‘infantilidade’” (LIMA; RIOS, 2020, p, p.38).

Djamila Ribeiro (2017) apresenta os dilemas vividos pela mulher negra no contexto racista e sexista da sociedade brasileira, em seu livro “*O que é lugar de fala?*” (2017). Ela

⁷ O racismo é uma construção ideológica com benefícios sociais e econômicos para os brancos de todas as classes.

discute sobre as condições sociais que permitem ou não que os grupos acessem lugares de cidadania, a localização de determinado grupo social dentro das relações de poder a partir dos marcadores sociais (raça, classe social, gênero) garantem ou não esse direito a fala. Assim, o lugar de fala reconhece o *locus* social e revela as desigualdades e hierarquias a que estão submetidos os grupos subalternizados e marginalizados. Por fim, ela defende ser imprescindível o investimento em políticas públicas que beneficiem grupos marginalizados e com maior vulnerabilidade social.

Autores negros insistem em pensar sobre o racismo no Brasil de forma estrutural. Para Lélia Gonzales no sistema educacional prevalece o racismo estrutural. Em suas palavras; “vale ressaltar que a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes” (LIMA; RIOS, 2020, p.39). Assim, tanto os livros didáticos, quanto as atitudes dos professores fazem com que ou as crianças negras abandonem a escola ou ascendem ao ensino superior já não se reconhecendo como negras. São exatamente, essas “exceções” que, devidamente cooptadas acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas (LIMA; RIOS, 2020, p.39). Ela insiste em mostrar as faces do racismo na América Latina, um racismo disfarçado por “segregação” e por “denegação”:

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares da mulher do popular, negro e do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir esse país. A essa mentira tripla dá-se o nome de: sexismo, racismo e elitismo (GONZALEZ, 2018, p. 119).

Silvio de Almeida sustenta que “o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade’ (ALMEIDA, 2021, p.20-21). É a partir desse conceito que Djamila Ribeiro elabora o seu livro ‘Pequeno Manual Antirracista (2019). Ela defende que é preciso recuperar a historicidade das relações entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências para a população negra, levando em consideração como historicamente a escravidão e o quanto o racismo beneficia a população branca. Ela argumenta que o racismo “não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural” (RIBEIRO, 2019, p.14).

Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Compreende-se que o racismo é um sistema de opressão que nega direitos, criando desigualdades e abismos. Nesse sentido, Carolina Maria de Jesus, denuncia os padrões sexistas e racistas presentes na cultura brasileira da década de 1950. Ela diz que os diretores dos circos se negam a ler/comprar/usar seus textos por ela ser uma mulher negra.

Um dos mitos mais conhecidos que fundam a “peculiaridade” das relações raciais no Brasil é o da democracia racial.⁸ De certo, essa visão que “romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia social com uma falsa ideia de harmonia” (RIBEIRO, 2019, p.20). Carolina de Jesus contesta veementemente a existência da harmonia entre as classes ao denunciar os efeitos violentos do racismo. Ela não tem medo de usar a palavra “negra”, “preta”, “cabelo de negro”. De forma racional e poética ela busca explicar a associação entre raça e classe:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 1960, p. 33).

Carolina de Jesus não tem medo de nomear as desigualdades sociais a partir da hierarquização pela raça e gênero, ao comparar a sociedade da sua época, as casas luxuosas *versus* o quarto de despejo. Este, seria o local para onde iam todos os objetos momentaneamente descartados porque não necessários. Assim, muitos negros/as transformaram-se, em “objeto fora de uso”! Surpreendente comparação entre a cidade e a favela, entre os brancos ricos e os negros pobres; entre os homens brancos ricos e as mulheres negras pobres. A favela como local de “mão de obra de reserva” e, como um espaço cultural de matriz afro-brasileira, não valorizada, negada e descartada.

Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades (CAROLINA DE JESUS, 1993, p.52).

⁸ Esse mito foi elaborado por Gilberto Freyre no livro “Casa Grande & Senzala” no qual afirmou-se que no Brasil prevaleceu a harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras.

Carolina de Jesus é o sujeito e o objeto da própria escrita. Porém, como uma escritora à margem do cânone literário, ela pode escrever, mas não ser lida, escutada, comentada. Segundo Rocha (2021, p.29) “O lugar de fala não foi dado a ela, mas, sim conquistado, está constantemente ameaçado. [...] [Trata-se de] literatura marginal, firmando e defendendo, ano após ano, que tais produções são vozes ativas e pertencem à literatura”. De qualquer forma, o sucesso de Carolina, mesmo que momentâneo, fez com que os brancos detentores da escrita literária se sentissem ameaçados (ROCHA, 2021, p.33).

Carolina não pede licença para entrar, para escrever, então, ela arromba a porta da literatura. Ela desafia os papéis normativos para quem era da sua raça, classe e gênero, simplesmente escreve “decolonialmente” porque suas referências são outras, vem dos antepassados, da oralidade, do feminino, da realidade. Como ressalta Ianni (2007) a literatura afro-brasileira, como a de Carolina, supera os modelos eurocentrados e apresenta uma visão de mundo única e diferente da do branco, superando o discurso do colonizador (Apud ROCHA, 2021, p.43).

Interessa-nos compreender as condições de moradia, de classe, de raça e de gênero, pois, é a partir desse lugar que ela esclarece para si mesma e para os outros como vivem e sobrevivem aqueles/as que são colocados às margens. Mas ao narrar, ela cria, imagina, transforma o mundo.

Carolina de Jesus cuida sozinha dos seus três filhos, numa luta diária para garantir a subsistência da prole. Porém, isso não era algo estranho para as mulheres negras. Ela, como filha de mãe solo e neta de escrava, já havia visto sua mãe se dividindo entre o trabalho como empregada doméstica, na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Carolina também foi empregada doméstica, mas isso a colocava numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. Por fim, ela abandona essa profissão e vai ser catadora de reciclável, com maior liberdade para cuidar dos seus filhos.

Lélia Gonzales (2020, p.64) no belíssimo texto de agradecimento a luta da *mulher negra anônima* parece dialogar com a Carolina do “Quarto de Despejo”. O reconhecimento e admiração não é apenas por ela ser o sustentáculo econômico, afetivo e moral da família, mas ela, como tantas outras matriarcas deixam o legado de resistência para as novas gerações de mulheres, suas irmãs mais afortunadas, que não podem perder o ímpeto para a luta. E também porque apesar da pobreza, da solidão quanto a ausência de um companheiro, da aparente submissão, é a portadora da libertação, justamente, porque não tem nada a perder.

Carolina de Jesus, pela escrita, “construiu alças” para se segurar no mundo. Como Penélope, que tecia durante o dia e desmanchava a noite, para ganhar tempo frente as demandas

dos seus pretendentes, esperançosa ela aguardava o retorno de Ulisses. Carolina tecia em forma de narrativas sua visão de mundo, sua indignação, sua fome de pão, de justiça, de esperança!

Ganhar tempo e esperar o melhor requer o trabalho redobrado de resistência. Tecer uma manta ou um texto já é construir outra trama com outros suportes éticos. Ambas, ousaram desmanchar a noite a teia da opressão, propondo tecer uma ética hábil em enfrentar o silêncio e levantar suas vozes contra a violência de todos os tipos que, historicamente ameaçam as mulheres. E, como ressalta Rocha (2021, p.43):

É sabido que historicamente a literatura construiu uma imagem pejorativa e estereotipada dos negros, principalmente da mulher negra, descrevendo-a como mulata assanhada, que busca e dá prazer. O discurso da literatura afro-brasileira busca desconstruir esses estereótipos que foram impostos pelo branco, contribuindo para a (re)construção da identidade negra e carregando em si (re)significados que contribuíram e constroem a nação.

A literatura afro-brasileira ressignifica a memória e a história “esquecida” pelos vencedores. Para não silenciar sua voz e dar a conhecer a escrita insurgente de uma mulher negra, selecionamos no livro Quarto de Despejo (2014), várias passagens relacionadas a: A) Carolina como mulher negra; B) Carolina na luta contra a fome; C) Carolina como mãe. Enfim, para que cada um/a possa escutar suas palavras tão potentes, tão necessárias, tão absurdamente atuais:

A) Carolina mulher negra

Esquentei o arroz e os peixes e dei para os filhos. Depois fui catar lenha. Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato felicidade”. (p.75).

.Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se o guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (p.99).

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém (p.59).

Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: —Está escrevendo, negra fidida! (p.24).

.Enquanto eu estava na rua o Alexandre maltratou a mãe do soldado Edison. Quando eu cheguei ele começou insultar-me: —Negra suja. Ordinária. Vagabunda. Lixeira (p.89)

B) Carolina na luta contra a fome;

Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome (p.150).

Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as arvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos (p.40).

... Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atoa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante (p.45).

Dizem que o Brasil já foi bom. Mas eu não sou da época do Brasil bom. ...Hoje eu fui me olhar no espelho. Fiquei horrorizada. O meu rosto é quase igual ao de minha saudosa mãe. E estou sem dente. Magra. Pudera! O medo de morrer de fome! (p.164).

Quando cheguei em casa estava com tanta fome. Surgiu um gato miando. Olhei e pensei: eu nunca comi gato, mas se este estivesse numa panela ensopado com cebola, tomate, juro que comia. Porque a fome é a pior coisa do mundo (p.175)

C) Carolina mãe

E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal (p.45).

Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me (p.67).

Quando os meus filhos eram menores eu deixava eles fechado e saía para catar papel. Um dia eu cheguei e encontrei o João chorando. Ele disse-me: — Sabe mamãe, a Dona Rosa me jogou bosta no rosto (p.74).

Em 1952 eu procurava ingressar na Vera Cruz e fui no Juizado falar com o Dr. Nascimento se havia possibilidade de internar os meus filhos. Ele disse-me que se os meus filhos fossem para o Abrigo que ia sair ladrões. Fiquei horrorizada ouvindo um Juiz dizer isto (p.80).

O senhor Manoel chegou. Deu-me 80 cruzeiros, eu não quis pegar. Procurei as crianças para tomar banho. Ficaram alegre quando viu o senhor Manoel. Eu disse para o senhor Manoel que ia passar a noite escrevendo. Ele despediu-se e disse: — Até outro dia! Nossos olhares se encontraram e eu lhe disse: — Vê se não volta mais aqui. Eu já estou velha. Não quero homens. Quero só os meus filhos (p.94).

Depois que eu trabalho e ganho dinheiro para os meus filhos, vou descansar. É um descanso justo (p.108).

Carolina de Jesus não camufla os efeitos perturbadores do racismo na sociedade brasileira, cujos impactos podem ser vistos e sentidos tanto entre os sujeitos subalternizados quanto por quem exerce a dominação. Ela subverte a lógica opressiva interseccionada (classe, raça e gênero) através da escrita e denuncia o absurdo do abandono, do racismo e da desumanização de quem passa fome e vive em condições miseráveis na favela. Para Carolina a

opressão não podia ser naturalizada, precisava ser resolvida pelos poderes do Estado. Ao enfrentar, pela escrita, todas as opressões, ela se reconhece como tendo poder!

Ainda na década de 1970, Lélia ressalta os diferentes posicionamentos teóricos – *sociologia acadêmica*, *marxismo ortodoxo* e *perspectiva liberal* – que buscavam explicar a situação da *população de cor* na sociedade brasileira, na medida em que ela se traduzia numa participação mínima nos processos político, econômico e cultural (LIMA; RIOS, 2020, p.31). De certo, Gonzales não duvida da seriedade dos intelectuais brasileiros da sua época, porém, denuncia os padrões ocidentais dos quais eles não conseguem se libertar. Para ela, o que prevalecia era uma concepção de neocolonialismo cultural.

Esse obstáculo epistemológico produzia discursos parciais e elitistas que criou estereótipos, como por exemplo, a explicação do “despreparo do ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, principalmente na esfera do trabalho” (LIMA; RIOS, 2020, p.32). Segundo ela, a *sociologia acadêmica* tenderia por apreciar a integração e assimilação do negro a partir da industrialização e da modernização do país. Para explicar as desigualdades existentes, os estudiosos ressaltavam que no salto do trabalho escravo para o livre prevaleceu “a cultura da pobreza, anomia social, família desestruturada”. Tal interpretação da sociologia acadêmica, de acordo com Gonzales (LIMA; RIOS, 2020, p.32):

Além de deslocar para o negro as razões de sua mobilidade social, não considera o fato de que a grande maioria da população de cor (90%) já se encontrava livre e economicamente ativa antes de 1888. Por outro lado, ela como que libera o segmento branco e suas instituições, atribuindo-lhes menor responsabilidade quanto a situação atual do negro.

Já a segunda tendência, de acordo com Gonzales (LIMA. RIOS, 2020, p.32) é a que chegava do *marxismo ortodoxo*, na qual a categoria “raça” era diluída numa temática economicista. Compreendia-se que a discriminação não passava de um instrumento de manipulação capitalista com vista a dividir o proletariado. A solução proposta passava pela aliança entre trabalhadores de diferentes raças. Entretanto, na realidade brasileira “há que considerar que a maioria da população, praticamente, não alcançou a situação de força de trabalho relacionada ao capitalismo industrial competitivo” (LIMA, RIOS 2020, p.32). Pois, a população negra foi marginalizada do trabalho industrial, prevalecendo o desemprego aberto, trabalho ocasional ou biscate, ocupação intermitente e trabalho por temporada (LIMA; RIOS. 2020).

Por fim, ela evidencia como o grupo branco foi o beneficiário da exploração racial. Assim, “A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa ‘democracia racial’” (LIMA.; RIOS, 2020, p. 33) Lélia Gonzales denuncia as correntes ditas progressistas que, no seu economicismo reducionista, estão atreladas a interpretação etnocêntrica” (LIMA, RIOS 2020). Ademais, os ditos progressistas reagem “negativamente quando uma minoria negra, consciente do racismo disfarçado, denuncia os diferentes processos de marginalização a que seu povo está submetido” (LIMA; RIOS, 2020, p.38).

Com relação a organização do movimento negro nos E.U.A e suas lutas históricas contra a escravidão e os direitos civis, Bell Hooks (1981), na obra intitulada “*E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*” traça um retrato do processo de silenciamento das mulheres negras na sociedade americana, antes e pós escravidão. Mesmo elas tendo lutado no movimento de libertação da escravidão foram apagadas pelo sexismo da época. Nos anos cinquenta dos séculos XX, enquanto lutavam por direitos civis, as ativistas negras não receberam o reconhecimento dos líderes negros. Estes, desejando terem uma participação social ativa abraçaram os valores do sistema, adotando atitudes sexistas e deixaram a sua contribuição para a manutenção do sistema patriarcal. Neste processo, enquanto algumas mulheres reagiam e questionavam a autoridade dos homens negros, outras se submetiam aos seus domínios.

Dessa forma, Bell Hooks (1981) denuncia que, o movimento que se iniciou para a libertação de um povo, tornou-se primordial para o estabelecimento do patriarcado negro masculino, pois manteve as mulheres em papéis de subordinação. Sobre a opressão da mulher negra pelo racismo e sexismo, Bell Hooks afirma que:

Enquanto o sexismo foi um sistema social que protegeu a sexualidade dos homens negros, ele (socialmente) legitimou a exploração sexual das mulheres negras. A escrava negra viveu em constante consciência da sua vulnerabilidade sexual e em perpétuo receio que algum homem, branco ou negro, tivesse o direito sobre ela de lhe assaltar e vitimizar (HOOKS, 1981, p. 19).

Lélia Gonzales (2020, p.115) ressalta que foi na década de 1970 que novos movimentos de cultura negra começaram a proliferar na Sudeste do país. Resultado do movimento afro-americano pelos direitos civis, da libertação dos países da África e, assim, em 1972, o Grupo Palmares, de Porto Alegre, sugeriu transferir todas as tradicionais comemorações do aniversário da abolição (13 de maio de 1888) para o 02 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares. O 13 de maio foi abandonado porque, afinal, a verdadeira abolição não ocorreu. Assim, como

o “milagre” brasileiro e o ufanismo “ninguém segura esse país” foi se revelando inconsistente frente a crise do petróleo de 1973, falso “milagre” que, também ele, não incluiu a maioria da população negra brasileira. Por fim, em 1978 foi criado o Movimento Negro Unificado. Mas, essa é outra história.

Carolina é irônica com relação a abolição da escravidão: “Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos” (p. 27). Ao final desse dia enfrentou o desespero em busca de comida: “Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome!” (JESUS, 2014, p. 28). “Quando puis a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia”. (JESUS, 2014, p.39).

Carolina tinha que alimentar e educar seus filhos, além de protegê-los da violência da favela “preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar”. (2014, p.20). Criar os filhos na favela, não era tarefa fácil:

Hoje é a Nair Mathias quem começou imprecisar com os meus filhos. A Sílvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente. (JESUS, 2014, p.12).

E o pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua. Quando começa as brigas os favelados deixam seus afazeres para presenciar os bate-fundos. De modo que quando a mulher sai correndo nua é um verdadeiro espetáculo para o Zé Povinho. (JESUS, 2014, p.41).

Carolina se orgulhava da sua vida de mulher e mãe solo e não desejava a vida de mulher casada:

Elas aludem que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas têm marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pedem socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebram as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. (JESUS, 2014, p.14).

A opção de Carolina por não se casar é afirmada no seu desejo de controlar sua própria vida, não submeter ao machismo e a violência reinante. Ela tinha seu ponto de vista formado a respeito da vida das mulheres casadas e se questionava sobre as vantagens de se ter um marido,

que além de ser mais uma boca para alimentar, não ajudava em nada, e mesmo assim possui autoridade sobre as mulheres.

O fato de Carolina não querer se casar, não exclui a possibilidade de receber convites para casamento, mas ela rejeitava e priorizava viver para seus filhos e para os seus escritos. O filho Jose Carlos questionou sua decisão quando ela foi buscar umas tábuas para fazer um local para escrever e guardar seus livros: “Porque é que a senhora não casou-se? Agora a senhora tinha um homem para ajudar” (JESUS, 2014, p.79). Carolina de Jesus não aceita se submeter a vontade de um homem, não aceitar se desumanizar na favela, não aceita a naturalização da opressão que se abate sobre ela e sobre os seus.

4. Finalizando

Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada. E as feridas são incicratisáveis (Carolina de Jesus, 2014, p.49)

Hoje, não há como não ler a marcante literatura de Carolina Maria de Jesus sem ouvir os gritos de quem quer se fazer presente, ouvida, compreendida. A realidade denunciada está presente entre nós, realidade da miséria, do racismo, da sexismo, da morte. As engrenagens da dominação colonial continuam presentes no nosso cotidiano e na epistemologia. A criminalização e morte dos jovens negros, a violência militar nas favelas e a precarização da vida da população negra brasileira, vide dados recentes do IBGE. Porém, a exemplo de Carolina de Jesus, com sua potente escrita literária, tantas outras mulheres negras estão escrevendo, chegando na universidade e somando forças para o questionamento da epistemologia eurocêntrica.

Carolina Maria de Jesus denúncia a realidade da dominação racista, da situação de exclusão social de abandono e desumanização da população negra, em especial, das mulheres negras e pobres. A força da sua narrativa advém das suas experiências de vida, mas também do seu projeto literário. Ela nos ensina a transgredir, a subverter a lógica sexista, racista e classista do “quarto de despejo” da sociedade brasileira através de uma escrita potente, inquietante, criativa e necessária!

FONTE

JESUS, Carolina Maria de Jesus. **Quarto de Despejo**: diário de uma favela. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaira, 2021.

ANZALDÚA, Glória E. **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (orgs.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table, 1981.

Banco de Dados de Informações Ambientais ganha atualização e novas funcionalidades. **Agência IBGE Notícias**, 2020, Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>.

CAIXETA, Vera Lúcia; PEDROSA, Cleudineia Elias da Silva. As “mulheres de barro” de Parauapebas-PA: biografia e epistemologia feminista. *ALTUS CIÊNCIA*, [S.l.], n. 14, vol. 14, p. [373-387], jan.-jul. 2022. ISSN 2318-4817. Disponível em: <<http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/40/25>>. Acesso em: 7 de julho de 2023.

COELHO, Mauro Cezar. A história, o índio e o livro didático: apontamentos para uma reflexão sobre o saber histórico escolar. In: ROCHA, Helenice A. B.; RESNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **A história na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro, Brasil: FGV, 2017. p.281-2

FECHINE, Dani. **Março registra maior número de morte de mulheres e feminicídios de 2021, na Paraíba**, g1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/04/25/marco-registra-maior-numero-de-morte-de-mulheres-e-femicidios-de-2021-na-paraiba.ghtml>.

GONZALEZ, LÉLIA. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HOOKS BELL. **Não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

HOOKS, BELL. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia (orgs.). **Lélia Gonzales**: Por um Feminismo Afro Latino Americano: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zaar, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. N. 22, 2014, p.935-952.

MENDONÇA, HELOÍSA. **Mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos no Brasil.** 13 NOV 2019, São Paulo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512_623918.html.

MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.* Trad. Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, nº 94, jun, 2017, p. 01-18.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Cia das Letras, 2019.

ROCHA, Wesley Henrique Alves da; **Diário de Bitita**, de Carolina Maria de Jesus: saltando os muros da subalternidade. Salvador: Devires, 2021.